



CLIPPING INTERNET
20/10/2021 ATÉ 20/10/2021



INDÍCE

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1.1	SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	1
2	CNJ	
2.1	BLOG LUÍS PABLO.....	2
3	DESEMBARGADOR	
3.1	BLOG DO MINARD.....	3
3.2	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	4
3.3	SITE O MARANHENSE.....	5
4	ESMAM	
4.1	BLOG DO EDUARDO REGO.....	6
4.2	BLOG DO WALISON.....	7
4.3	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
4.4	SITE O MARANHENSE.....	9
5	INSTITUCIONAL	
5.1	BLOG DIÁRIO DO SUL MARANHENSE.....	10
6	POSSE	
6.1	BLOG CARLOS CRISTIANO.....	11
6.2	SITE O MARANHENSE.....	12

AÇAILÂNDIA: PRESIDENTE DO TJMA EMPOSSA JUÍZA CLÉCIA MONTEIRO EM JUIZADO DO MUNICÍPIO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, deu posse à juíza Clécia Pereira Monteiro no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia, na última sexta-feira (15), no gabinete da Presidência. O termo de posse foi lido pelo diretor-geral Mário Lobão, na presença do corredor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten, magistrados e magistradas.

A juíza Clécia Monteiro ingressou na magistratura maranhense no ano de 2009. A primeira comarca que atuou foi a de Magalhães de Almeida, em seguida, exerceu suas atividades judicantes nas comarcas de Monção, Santa Luzia (2ª Vara) e Açailândia (2ª Vara da Família).

A magistrada afirmou que as expectativas na nova unidade judicial são as melhores possíveis e que a comarca de Açailândia tem sido um lugar de acolhimento no exercício da magistratura. “Açailândia é uma cidade que me acolheu há quatro anos, é onde eu gosto de estar. A população é muito hospitaleira, por isso eu decidi permanecer. Tenho grandes amigos na Vara de Família, mas entendi que estava na hora de mudar os horizontes, trabalhar em ações com competências diferentes, seguindo outros nortes”, declarou.

Também estavam presentes da solenidade de posse, as juízas Marcela Lobo (Comarca de Caxias), Odete Maria Mota Trovão (Comarca de Viana); os juízes Holídice Barros (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA) e Ferdinando Serejo (diretor de Tecnologia da AMMA); e a advogada Alba Freitas.

Projeto Município Amigo da Justiça será apresentado em Balsas nesta quarta (20)

Emanuel Lemos 18 horas atrás

CompartilharFacebookTwitter

Município amigo da justiça - foto de divulgação

Promover a integração e a interação dos serviços do Judiciário e do Município para assegurar acesso de direitos dos municípios e fortalecimento da cidadania. Com essa finalidade, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), apresentará o Projeto Município Amigo da Justiça nos dias 20 e 21 de outubro, nos municípios de Balsas e Presidente Dutra, respectivamente.

O programa confere o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça” para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu aponta que “a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão é um traço marcante nesse projeto”.

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

SERVIÇO:

Balsas

Dia: 20/10

Horário: 10h

Local: Sede da OAB

Presidente Dutra

Dia: 21/10

Horário: 10h

Local: Salao do Júri de Presidente Dutra

O Maranhão se informa aqui - Polo de Balsas recebe projeto Conciliação Itinerante do TJMA

O Projeto Município Amigo da Justiça acontecerá nos dias 20 em Balsas e dia 21 de outubro, no município de Presidente Dutra. O programa confere o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça”
#OMaranhaoSeInformaAqui

Agência TJMA de Notícias

Bullying é tema de palestra em Timon

O Poder Judiciário da Comarca de Timon, através da 1ª Vara Cível, promoveu nesta terça-feira (20) uma palestra que abordou o tema “Vamos Conversar Sobre o Bullying?”, apresentada na plataforma Youtube, no canal da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM. O evento integra o projeto “Justiça e Cidadania – Porque Fazer o Bem Faz Bem”, desenvolvido pela juíza Raquel Telles de Menezes, titular da unidade judicial, e que objetiva a aproximação entre Poder Judiciário e sociedade, mediante, dentre outras ações, o fornecimento de informações acerca de direitos e deveres dos cidadãos.

A palestra, ministrada pela psicóloga Carolina Martins Moraes, abordou sobre a violência escolar, sobre a Lei 13185/15 (Lei do Bullying), sobre Justiça Restaurativa, clima escolar, mediação e gestão de conflitos, Rede Intersetorial de Cuidados, e Competências Socioemocionais. Além da psicóloga, da juíza Raquel Menezes, e da assistente social Fabrina Meirelles, participaram do evento 40 alunos do Instituto Dom Bosco, escola sediada em Timon, que participaram presencialmente no auditório do fórum e que puderam interagir ao final da exposição.

Ao destrinchar cada tópico, a psicóloga destacou que o diálogo é uma arma a ser utilizada no combate ao bullying. “São diversas as formas de manifestação de violência. E uma modalidade hoje em dia mais utilizada é a virtual. O ‘cyberbullying’ e a cultura do cancelamento, quando as pessoas se propõem a ofender, ameaçar, mandar mensagens, directs, enfim, toda forma de ofender o outro. A chamada violência no espaço virtual”, explanou, frisando que o bullying sempre existiu, mas que hoje o enfrentamento é mais eficaz.

Para a assistente social Fabrina Meirelles, a palestra alcançou seu objetivo: “Cada tópico aqui foi bem colocado, de maneira direta e leve. O bullying é um assunto que deve ser debatido em todas as esferas, seja na escola, seja em casa, cotidianamente. É uma semente que a gente lança aqui e que os adolescentes possam entender essa temática, sendo agentes de divulgação e, principalmente, de transformação”, disse. “Queríamos somente agradecer por ter explicado tão bem para nós sobre esse assunto. Sabemos agora o que é bullying e quais suas formas”, disse a aluna Ayla.

“Ficamos satisfeitos em poder contar com a palestra da Carolina, que explanou de forma tão simples e esclarecedora, especialmente para os alunos que nos acompanharam aqui nessa manhã. Agradecer Fabrina por ser parceira ativa desse projeto, junto com toda a equipe do psicossocial do fórum de Timon, bem como aos alunos e diretoria da escola e À ESMAM, por estarmos aqui todos compartilhando desse conhecimento sobre o assunto”, frisou a juíza Raquel, destacando que o dia 20 de outubro é o Dia Mundial de Combate ao Bullying.

SOBRE O BULLYING

A Lei 13.185/2015 instituiu o programa de combate à intimidação sistemática, considerando ser bullying todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente. A conduta repetitiva de atos de violência psicológica e/ou física, a exemplo de humilhação, agressão e intimidação, praticada por um indivíduo ou um grupo caracteriza o bullying.

O dia 20 de outubro é o Dia Mundial de Combate ao Bullying. A data é um alerta internacional para o problema do bullying com que muitos jovens vivem. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), uma

em cada três crianças do mundo, entre os 13 e os 15 anos, é vítima de bullying na escola regularmente. Conscientizar a população mundial para esta forma de violência, apoiar e incentivar as vítimas a denunciarem estas graves situações e encontrar formas de as prevenir. Nesta data são promovidas campanhas de prevenção e combate ao bullying, sobretudo nas escolas, e são revelados relatórios de estudo sobre este problema social. As informações são do TJMA.

Desembargador Cleones Carvalho repudia discurso de ódio contra a Igreja Católica

A manifestação dos desembargadores foi feita na sala das sessões plenárias

No início da sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (20), o desembargador Cleones Cunha manifestou-se contra ataques de deputado estadual do Estado de São Paulo, Frederico D'Avila em discurso amplamente divulgado na mídia nacional, contra o arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o papa Francisco, atual Chefe de Estado da Cidade Estado do Vaticano.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha fez referência a sua história como cristão, ao seu batismo e vínculo à Igreja Católica desde tenra idade.

“Eu nasci em 10 de fevereiro de 1958 e no dia 20 de maio do mesmo ano eu fui batizado em uma capela de palha em um povoado chamado Santa Filomena, que hoje é um município, com um frade capuchinho e portanto, há 63 anos pertencço a Igreja Católica Apostólica Romana”, narrou.

Cleones Carvalho ressaltou que nunca tinha ouvido uma manifestação tão violenta contra a Igreja Católica, contra o papa Francisco e seus bispos, que são sucessores dos apóstolos.

“O fato é de conhecimento público, mas quero aqui como cristão, como católico, manifestar o meu total repúdio a tal atitude e dizer que precisamos acabar com essa onda de ódio que está tomando conta do Brasil. Que Deus nos proteja!”, assinalou repudiando as agressões do parlamentar paulista.

Para endossar a manifestação do magistrado, o presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo determinou que fosse enviada mensagem em apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“Eu comungo em todos os aspectos do que Vossa Excelência disse e ainda vou mais adiante, sugerindo que se faça um telegrama de apoio a CNBB, diante de uma violência muito ostensiva”, pontuou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Corregedoria do Judiciário e parceiros promovem Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Registro Civil, realizará a “Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021”, nos dias 26 e 27 de outubro, em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e com o apoio do Governo do Estado e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN).

A abertura dos trabalhos será realizada às 9h30 do dia 26, com os pronunciamentos do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, que priorizou as políticas públicas de fomento ao registro civil em sua gestão e o apoio às serventias extrajudiciais no combate ao sub-registro no Maranhão.

A Semana proporcionará debates em torno de painéis a serem ministrados por especialistas sobre temas relacionados aos direitos humanos e cidadania, novas tecnologias a serviço do Registro Civil e cooperação institucional na política de combate ao sub-registro – subnotificação do registro civil, notadamente entre as regiões mais pobres do país.

O evento será virtual e transmitido pela plataforma social youtube da CGJ-MA. A programação já está fechada e para participar não é necessária inscrição prévia no evento.

PROGRAMAÇÃO

Os painéis terão início às 10h, com o tema “Biometria Neonatal”, com o diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, e moderação do corregedor-geral. Em seguida, a jornalista, professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia fará a exposição do painel “Os invisíveis”, com moderação da juíza Jaqueline Reis Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA.

No período da tarde, às 15h30, o secretário estadual de direitos humanos e participação popular, Francisco Gonçalves, apresentará o painel “Atuação Articulada dos Atores da Rede de Cooperação no Combate ao Sub-registro”, moderado pelo juiz Anderson Sobral, auxiliar da CGJ.

No dia 27, o presidente da ARPEN-Brasil, Gustavo Fiscarelli, vai expor sobre “O Papel da ARPEN no Combate ao Sub-registro”, com participação do representante estadual Devanir Garcia (ARPEN-MA), às 15h. Em seguida, a juíza Maria Paula Rossi, auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e supervisora da Coordenadoria de Gestão dos Serviços Notariais e de Registro falará sobre “O Combate ao Sub-registro na Perspectiva da Corregedoria Nacional de Justiça”. O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), será o moderador do debate.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, fará o encerramento do evento, previsto para as 16h45.

Confira a programação completa.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br

Desembargador maranhense repudia discurso de ódio contra a Igreja Católica

No início da sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (20), o desembargador Cleones Cunha manifestou-se contra ataques de deputado estadual do Estado de São Paulo, Frederico D'Avila em discurso amplamente divulgado na mídia nacional, contra o arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o papa Francisco, atual Chefe de Estado da Cidade Estado do Vaticano.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha fez referência a sua história como cristão, ao seu batismo e vínculo à Igreja Católica desde tenra idade.

“Eu nasci em 10 de fevereiro de 1958 e no dia 20 de maio do mesmo ano eu fui batizado em uma capela de palha em um povoado chamado Santa Filomena, que hoje é um município, com um frade capuchinho e portanto, há 63 anos pertencço a Igreja Católica Apostólica Romana”, narrou.

Cleones Carvalho ressaltou que nunca tinha ouvido uma manifestação tão violenta contra a Igreja Católica, contra o papa Francisco e seus bispos, que são sucessores dos apóstolos.

“O fato é de conhecimento público, mas quero aqui como cristão, como católico, manifestar o meu total repúdio a tal atitude e dizer que precisamos acabar com essa onda de ódio que está tomando conta do Brasil. Que Deus nos proteja!”, assinalou repudiando as agressões do parlamentar paulista.

Para endossar a manifestação do magistrado, o presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo determinou que fosse enviada mensagem em apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“Eu comungo em todos os aspectos do que Vossa Excelência disse e ainda vou mais adiante, sugerindo que se faça um telegrama de apoio a CNBB, diante de uma violência muito ostensiva”, pontuou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Juiz do TJ-MA é punido pelo Conselho Nacional de Justiça

O juiz Marcelo Testa Baldochi, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi punido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela tentativa de direcionar a distribuição dos processos, além de autorizar a liberação de valores depositados em conta judicial. A decisão foi tomada durante a 60ª Sessão Extraordinária do CNJ, no último dia 28.

O magistrado foi punido com a aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. O relatório do Processo Administrativo Disciplinar apontou diversas acusações contra o juiz maranhense, e acolheu de forma parcial as denúncias.

O relator do processo, conselheiro Mário Guerreiro, considerou que o magistrado infringiu as regras da distribuição, “ensejando distorções no exercício das competências jurisdicionais e a escolha do julgador pelas partes”.

O relator reforçou que o juiz Marcelo Testa Baldochi já foi julgado pelo CNJ em outras faltas disciplinares, recebendo sanções administrativas de censura e de disponibilidade.

“Resulta evidenciado, desse modo, o desrespeito do requerido pelas regras de conduta exigidas da magistratura e por princípios caros ao Estado Democrático de Direito, avultando, por conseguinte, a sua efetiva incompatibilidade para o exercício da jurisdição de forma permanente”, apontou o relatório.

O magistrado foi absolvido da acusação de atuação irregular em um processo de inventário que foi distribuído a ele na comarca de Imperatriz. O relator declarou ainda a prescrição da pretensão punitiva, referente à prolação de decisões em processos de competência de varas diversas nos plantões judiciais - ocorridos em 2013 - em matérias que não comportavam determinações em sede de plantão.

População de Tasso Fragoso recebe atendimentos do projeto Conciliação Itinerante

A dona de casa Maria Pereira conviveu por quase 40 anos em união estável com seu ex-companheiro. Separados há quase três anos, o casal conseguiu em apenas um dia chegar a um acordo e realizar a dissolução de união estável e a partilha de bens nesta segunda-feira, 18, durante o primeiro dia de atendimentos do projeto Conciliação Itinerante no município de Tasso Fragoso (945 km da capital), promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) com o objetivo de solucionar questões processuais e pré-processuais de forma ágil e simples.

A terceira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante segue até a sexta-feira (22), atendendo cidadãos e cidadãs de Tasso Fragoso até esta terça-feira (19); Fortaleza dos Nogueiras nos dias 20 e 21 (quarta-feira e quinta-feira) e Sambaíba no dia 22 (sexta-feira), que podem buscar a solução de questões já em andamento na Justiça ou sem ação judicial, envolvendo demandas de natureza cível ou de família, tais como divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

O serviço itinerante é promovido pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos (NUPEMEC/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu. “O projeto Conciliação Itinerante é fruto de investimentos do Poder Judiciário do Maranhão em benefício da sociedade e na garantia de ampliação do acesso à Justiça”, avalia.

O coordenador Alexandre Abreu ressalta que essa edição do projeto busca atender as populações de cidades que são termos judiciários da comarca de Balsas, com o objetivo de facilitar e aproximar os serviços da Justiça dos cidadãos e cidadãs, que normalmente precisam se deslocar até a sede da comarca de Balsas. “Objetivamos incentivar na população a cultura do diálogo e pacificação, com a possibilidade de audiências presenciais ou híbridas - utilizando videoconferência, de forma a chegar a acordos que atendam as demandas da comunidade de forma imediata e posterior homologação judicial”, explica.

Para a atendente Rosilane Reis, que buscou o atendimento para resolver demandas de família, envolvendo pensão alimentícia e partilha de bens, a disponibilização de serviços judiciais na localidade facilita o recebimento de orientações e direitos. “Fica muito difícil para nos deslocarmos até a cidade de Balsas, por isso é muito bom que esteja na nossa cidade”, opinou.

“É uma grata surpresa receber essa parceria do Tribunal de Justiça para melhorar a conciliação aqui na cidade, contribuindo com a redução das dificuldades de acesso à Justiça para as pessoas da nossa cidade e da região”, avaliou o prefeito de Tasso Fragoso, Roberth Coelho.

Durante o projeto Justiça Itinerante em Tasso Fragoso, o juiz Alexandre Abreu reuniu-se com o prefeito, secretários, vereadores e servidores municipais com o objetivo de apresentar o programa “Município Amigo da Justiça”, que confere o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça” para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

“Esperamos contar com a adesão dos municípios nessa iniciativa, respeitando a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão”, observa o juiz Alexandre Abreu.

O projeto Município Amigo da Justiça também será apresentado nessa quarta-feira (20) e quinta-feira (21), nos municípios de Balsas e Presidente Dutra, respectivamente.

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

SERVIÇO:

Balsas

Dia: 20/10

Horário: 10h

Local: Sede da OAB

33 crianças estão disponíveis para adoção no MA

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, até o dia 18 de outubro, 328 crianças foram acolhidas no MA; 181 delas são consideradas pretendentes disponíveis

BÁRBARA LAURIA / O ESTADO

20/10/2021 às 00h00

33 crianças estão disponíveis para adoção no MA

A maioria das crianças foram acolhidas há mais de três anos (Matheus Soares / O Estado)

São Luís - Dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), até a última segunda-feira (18), 328 crianças foram acolhidas em unidades como abrigos no Maranhão, contudo, destas, apenas 33 estão aptas para adoção, enquanto 181 delas são consideradas pretendentes disponíveis.

No Brasil, a adoção é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o direito da convivência familiar e comunitária com dignidade aos (às) pequenos (as). O processo legal de adoção é realizado na justiça por intermédio da Vara da Infância e Juventude.

Ainda de acordo com os dados do CNJ, a maioria dessas crianças foram acolhidas há mais de três anos e ainda não conseguiram encontrar um novo lar, enquanto cerca de 96 crianças ficam até 6 meses apenas, antes de serem adotadas ou reintegradas. Desde 2020, 112 crianças já foram reintegradas no Maranhão. Já em relação a adoção, 69 crianças já foram adotadas desde 2019 no estado.

Os dados ainda mostram que 50,3% das crianças e adolescentes acolhidos são do sexo masculino, sendo a maioria com a faixa etária entre 12 e 15 anos. 30,8% das crianças são pardas e 95,1% não têm problemas de saúde.

Projetos

Recentemente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu o último encontro da segunda turma do "Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção". O curso é um pré-requisito para a formalização do processo de adoção, promovido pela Coordenaria da Infância e Juventude (CIJ), em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

O projeto ocorreu nos dias 17 e 24 de setembro e 1º e 8 de outubro, das 14h às 16h, por videoconferência, com a participação de pretendentes à adoção em fase de habilitação junto às comarcas de Balsas e São José de Ribamar, visando esclarecer as ações e viabilizar a operacionalização de projetos de ensino virtual, que envolvam questões interinstitucionais infantojuvenis.

Processo de adoção

Há uma série de requisitos estabelecidos pela legislação para que pessoas e ou casais se candidatem ao processo. O primeiro passo para quem quer adotar é procurar a Vara de Infância e Juventude (VIJ) da sua região. Lá, a pessoa obterá informações específicas sobre o processo e receberá uma lista de documentos pessoais a serem apresentados - como cópia do CPF, identidade, certidão de casamento ou união estável (se for o caso) - comprovante de residência, comprovante de bons antecedentes criminais e atestado de saúde física e mental.

Após protocolar a inscrição, a pessoa - ou casal - deve participar de um curso de preparação psicossocial e jurídica voltada para adoção. Nesse curso, os candidatos a adotantes adquirem uma noção mais ampla da importância da preparação emocional de toda a família e de todas as mudanças que virão com a chegada de um novo integrante.

SAIBA MAIS

Perfil do adotado

De acordo com os dados do SNA as crianças adotadas no Maranhão apresentam o seguinte perfil:

78,8% são pardas;

57,6% são do sexo masculino;

90,9% não possuem irmãos;

9 em cada 10 crianças possuem entre 9 e 12 anos;

A maioria das crianças adotadas não tem irmãos.

Desembargador Cleones Carvalho repudia discurso de ódio contra a Igreja Católica

No início da sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (20), o desembargador Cleones Cunha manifestou-se contra ataques de deputado estadual do Estado de São Paulo, Frederico D'Avila em discurso amplamente divulgado na mídia nacional, contra o arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o papa Francisco, atual Chefe de Estado da Cidade Estado do Vaticano.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha fez referência a sua história como cristão, ao seu batismo e vínculo à Igreja Católica desde tenra idade.

"Eu nasci em 10 de fevereiro de 1958 e no dia 20 de maio do mesmo ano eu fui batizado em uma capela de palha em um povoado chamado Santa Filomena, que hoje é um município, com um frade capuchinho e portanto, há 63 anos pertencço a Igreja Católica Apostólica Romana", narrou.

Cleones Carvalho ressaltou que nunca tinha ouvido uma manifestação tão violenta contra a Igreja Católica, contra o papa Francisco e seus bispos, que são sucessores dos apóstolos.

"O fato é de conhecimento público, mas quero aqui como cristão, como católico, manifestar o meu total repúdio a tal atitude e dizer que precisamos acabar com essa onda de ódio que está tomando conta do Brasil. Que Deus nos proteja!", assinalou repudiando as agressões do parlamentar paulista.

Para endossar a manifestação do magistrado, o presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo determinou que fosse enviada mensagem em apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

"Eu comungo em todos os aspectos do que Vossa Excelência disse e ainda vou mais adiante, sugerindo que se faça um telegrama de apoio a CNBB, diante de uma violência muito ostensiva", pontuou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

CGJ-MA e parceiros promovem Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Registro Civil, realizará a "Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021", nos dias 26 e 27 de outubro, em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e com o apoio do Governo do Estado e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN).

A abertura dos trabalhos será realizada às 9h30 do dia 26, com os pronunciamentos do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, que priorizou as políticas públicas de fomento ao registro civil em sua gestão e o apoio às serventias extrajudiciais no combate ao sub-registro no Maranhão.

A Semana proporcionará debates em torno de painéis a serem ministrados por especialistas sobre temas relacionados aos direitos humanos e cidadania, novas tecnologias a serviço do Registro Civil e cooperação institucional na política de combate ao sub-registro - subnotificação do registro civil, notadamente entre as regiões mais pobres do país.

O evento será virtual e transmitido pela plataforma social youtube da CGJ-MA. A programação já está fechada e para participar não é necessária inscrição prévia no evento.

PROGRAMAÇÃO

Os painéis terão início às 10h, com o tema "Biometria Neonatal", com o diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, e moderação do corregedor-geral. Em seguida, a jornalista, professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia fará a exposição do painel "Os invisíveis", com moderação da juíza Jaqueline Reis Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA.

No período da tarde, às 15h30, o secretário estadual de direitos humanos e participação popular, Francisco Gonçalves, apresentará o painel "Atuação Articulada dos Atores da Rede de Cooperação no Combate ao Sub-registro", moderado pelo juiz Anderson Sobral, auxiliar da CGJ.

No dia 27, o presidente da ARPEN-Brasil, Gustavo Fiscarelli, vai expor sobre "O Papel da ARPEN no Combate ao Sub-registro", com participação do representante estadual Devanir Garcia (ARPEN-MA), às 15h. Em seguida, a juíza Maria Paula Rossi, auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e supervisora da Coordenadoria de Gestão dos Serviços Notariais e de Registro falará sobre "O Combate ao Sub-registro na Perspectiva da Corregedoria Nacional de Justiça". O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), será o moderador do debate.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, fará o encerramento do evento, previsto para as

Lourival Serejo empossa juiz em Timon

20/10/2021 02:00:00

O juiz Edmilson da Costa Fontes Lima foi empossado na 2ª Vara Criminal da Comarca de Timon, nesta terça-feira (19), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

Removido da 2ª Vara Criminal de Caxias, o juiz também atuou nas comarcas de São Domingos do Azeitão - onde iniciou sua carreira na magistratura, em março de 2006 - Matões, Balsas, Tuntum e Brejo.

Sobre suas expectativas na nova Comarca, Edmilson Lima afirmou que pretende manter um trabalho de excelência no serviço judiciário. "É uma unidade com uma demanda muito grande na área criminal, onde pretendo exercer um excelente trabalho, contribuindo sempre com a melhor prestação do trabalho ao jurisdicionado", disse.

O juiz ressaltou também que espera passar bastante tempo na Comarca, uma vez que possibilitará uma maior proximidade com seus familiares.

Também participaram da solenidade de posse, o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros; o juiz Marco Adriano da Fonseca e familiares do magistrado.